



18 DE OUTUBRO DE 2017

Quarta-feira

- **GREVE PARALISA PRODUÇÃO DE VEÍCULOS DA CHERY HÁ 20 DIAS NO INTERIOR DE SP**
- **CHERY QUER VENDER 50% DA FÁBRICA NO BRASIL**
- **SINDICATOS PERDERAM 1,4 MILHÃO DE ASSOCIADOS EM 2016, DIZ IBGE**
- **REDUÇÃO NA OCUPAÇÃO PUXOU QUEDA NA SINDICALIZAÇÃO NO PAÍS EM 2016, DIZ IBGE**
- **IMPOSTO SINDICAL VAI ACABAR. MAS ESPERE ATÉ CONHECER A CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL**
- **SEBRAE LANÇA PÁGINA SOBRE A NOVA LEI TRABALHISTA**
- **IBGE: NÚMERO DE TRABALHADORES EM EMPRESAS DE GRANDE PORTE CAI 29% EM UM ANO**
- **'TRABALHO ESCRAVO' FAZ FISCAL PARAR ATIVIDADES**
- **ENTIDADES VÃO À ONU PARA TENTAR BARRAR PORTARIA**
- **INDÚSTRIA APRESENTA OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS NO BRASIL A EMPRESÁRIOS DOS EMIRADOS ÁRABES**
- **LEI GERAL CONCEDE TRATAMENTO DIFERENCIADO A PEQUENOS NEGÓCIOS**
- **EMPRESAS RECORREM A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA MELHORAR NEGÓCIOS**
- **PESQUISADOR DOMINICANO PREVÊ VANTAGEM A QUEM 'SE INCORPORAR ÀS MÁQUINAS'**
- **CAMEX ZERA IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO PARA 153 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS SEM PRODUÇÃO NO BRASIL**
- **BRASIL MAIS PRODUTIVO É TEMA DE SEMINÁRIO NA CEPAL SOBRE INCLUSÃO FINANCEIRA**
- **MDIC E MTUR DISCUTEM MEDIDAS PARA ATRAIR PARQUES TEMÁTICOS AO BRASIL**
- **GOVERNO FEDERAL AUTORIZA CURITIBA A LICITAR R\$ 99 MILHÕES PARA OBRAS DE MOBILIDADE URBANA**
- **BNDES E GOVERNO DO PARANÁ COGITAM PRIVATIZAR EMPRESAS PÚBLICAS**
- **PEQUENAS EMPRESAS DERRUBAM PRODUTIVIDADE BRASILEIRA, DIZ IPEA**

- BOA VISTA SCPC: NÚMERO DE NOVAS EMPRESAS CRESCE 5,1% NO 3º TRIMESTRE ANTE 2º TRI
- UM TERÇO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS TEM DIFICULDADES FINANCEIRAS, DIZ SERASA
- ARTIGO: É RAZOÁVEL SURPREENDER QUEM DE BOA-FÉ INVESTIU NO ESTADO BRASILEIRO?
- BNDES VÊ CRESCIMENTO DE 'LINHAS RÁPIDAS' COMO POSSÍVEL SINAL DE RETOMADA
- BNDES DESEMBOLSA R\$ 49,973 BI DE JANEIRO A SETEMBRO, QUEDA DE 20%
- MINISTÉRIO DA FAZENDA AUTORIZA AUMENTO DAS TARIFAS DE SERVIÇOS DOS CORREIOS
- IPC-FIPE AVANÇA 0,16% NA 2ª QUADRISSEMANA DE OUTUBRO
- BOLSA CAI SOB PRESSÃO DE VALE EM DIA DE REALIZAÇÃO DE LUCROS; DÓLAR RECUA
- PRODUÇÃO DE AÇO NO BRASIL EM SETEMBRO ATINGE MAIOR NÍVEL EM DOIS ANOS
- REPRESENTANTES DO SETOR DE MINERAÇÃO PEDEM MODERNIZAÇÃO DE NOVA AGÊNCIA
- CONSÓRCIOS CRESCEM 4,9% NO ACUMULADO DO ANO
- RENAULT LANÇARÁ TRÊS MODELOS DERIVADOS DO KWID
- INDÚSTRIA DE IMPLEMENTOS TAMBÉM RETOMA CRESCIMENTO
- FINANCIAMENTOS RESPONDEM POR 52% DAS VENDAS ATÉ SETEMBRO
- GOODYEAR LANÇA DOIS MODELOS PARA USO COMERCIAL

CÂMBIO EM 18/10/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,167	3,168
Euro	3,726	3,728

Fonte: Bacen

Greve paralisa produção de veículos da Chery há 20 dias no interior de SP

18/10/2017 – Fonte: Bem Paraná

Uma greve de trabalhadores paralisa há 20 dias a produção de veículos na fábrica da montadora chinesa Chery, em Jacareí (84 km de São Paulo). Os 400 trabalhadores estão em greve por reajuste salarial desde o dia 28 de setembro.

Na segunda (16), uma audiência entre a montadora e o sindicato da categoria no TRT (Tribunal Regional do Trabalho) terminou sem acordo. Os metalúrgicos reivindicam reajuste salarial de 9,2%, renovação de acordo coletivo, melhoria no convênio médico e implantação do Plano de Cargos e Salários. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, a empresa oferece 1,7% de reposição da inflação do período de setembro de 2016 a agosto de 2017.

Chery quer vender 50% da fábrica no Brasil

18/10/2017 – Fonte: Automotive Business



A Chery parece finalmente ter se cansado dos seguidos prejuízos no Brasil. Na semana passada, de forma despercebida, a montadora chinesa publicou no site da bolsa de valores de Changjiang, na cidade de Wuhu, onde suas ações são negociadas na China, que pretende vender pouco mais de 50% do controle de sua fábrica brasileira, inaugurada em 2014 em Jacareí (SP) após investimentos que somam US\$ 400 milhões.

Na declaração enviada à bolsa, a Chery informou ainda que espera obter na transação ao menos 421 milhões de yuan, cerca de US\$ 64 milhões, e vai receber propostas até o próximo 7 de novembro.

Controlada pelo governo da cidade de Wuhu e maior exportadora de veículos da China, com 54 mil unidades exportadas nos primeiros seis meses deste ano, a fabricante estatal espera aliviar a pressão financeira negativa exercida nos últimos seis anos por sua subsidiária deficitária no Brasil. Segundo dados informados à bolsa chinesa, em 2016 a operação brasileira da Chery teve prejuízo de 1,1 bilhão de yuan (US\$ 166,3 milhões).

Sem rede eficiente, entre o fim de 2016 e o início de 2017 a Chery tentou negociar a transferência de suas operações comerciais para o Grupo Caoa, que desde 2007 fabrica modelos Hyundai em Anápolis (GO) e opera um dos maiores conglomerados de concessionárias no País com as marcas Hyundai, Ford e Subaru. Mas o negócio não prosperou.

Segundo fontes ouvidas na época, os executivos da Caoa consideraram arriscado tomar a frente das vendas de uma marca com reputação desgastada no Brasil. Não há confirmação no momento de que a Caoa tenha retomado o interesse e que seja candidata a comprar participação majoritária na fábrica de Jacareí. Com isso, a Chery segue respirando por aparelhos, com rede que atualmente mal chega a 20 pontos operacionais, bem longe das 108 concessionárias de 2011.

Nem mesmo o novo plano de produtos, que previa o lançamento de três SUVs no mercado brasileiro, conseguiu até agora atrair o interesse de grupos em assumir as vendas da marca chinesa no País.

A Chery dizia que iria lançar o SUV compacto Tiggo 2 em abril passado, o que já não aconteceu, e prometeu para 2018 os maiores Tiggo 7 e 9. Até o momento, vende somente as versões hatch e sedã do Celer e o subcompacto QQ, os três produzidos em Jacareí.

Para piorar a situação, a fábrica foi instalada na região que abriga um dos sindicatos

de metalúrgicos mais combativos e intransigentes do País, e vem enfrentando sucessivas paralisações de trabalhadores.

Desde o início efetivo da produção comercial, em março de 2015, foram promovidas ao menos cinco greves na planta de Jacareí, incluindo a iniciada recentemente, no fim de setembro passado, que já se estende por mais de 20 dias.

Em junho, a Chery pôs fim a uma paralisação de 24 horas com a promessa de pagar R\$ 6 mil de bônus por trabalhador a título de participação nos lucros e resultados. Desta vez a empresa resiste em ceder ao pedido de reajuste salarial de 9,2%, entre outras reivindicações.

NEGÓCIO INSUSTENTÁVEL

A Chery decidiu em 2011 investir em sua primeira fábrica completa fora do território chinês, com capacidade que poderia atingir 150 mil veículos/ano, como única saída para escapar da sobretaxação de 30 pontos porcentuais sobre o IPI aos carros importados, imposta a partir de 2012 pelo governo brasileiro com o Inovar-Auto, e assim tentar manter o que foi um de seus maiores mercados externos, com 21,7 mil carros vendidos em 2011.

Mas desde então nada deu certo: as vendas foram caindo pela metade ano a ano e seguiram em queda livre até atingir apenas 2 mil unidades em 2016, deixando a planta de Jacareí com ociosidade superior a 95% de sua capacidade de 50 mil/ano em um turno de trabalho.

De janeiro a setembro deste ano os emplacamentos de 2,7 mil veículos no Brasil contabilizam crescimento de 140% sobre o mesmo período do ano passado, mas o volume ainda é muito baixo para representar qualquer alívio e manter a fábrica operando com rentabilidade.

Sindicatos perderam 1,4 milhão de associados em 2016, diz IBGE

18/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Enquanto tentam reverter o prejuízo previsto com a nova legislação trabalhista, os sindicatos brasileiros lidam também com a perda de associados, provocada pela crise econômica.

De acordo com o IBGE, o número de pessoas sindicalizadas no país caiu 7,5% em 2016. Isso significa que 1,37 milhão de pessoas se desfiliam de seus sindicatos.

Os dados constam do estudo "Características adicionais do mercado de trabalho brasileiro 2012-2016", divulgada nesta quarta-feira (18), com base em dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

O estudo mostra que o percentual de pessoas associadas a sindicatos entre os brasileiros que trabalham ou já trabalharam permaneceu praticamente estável entre 2012 e 2015, sempre acima dos 13%. Em 2016, foram apenas 12,1%.

"Com a queda na ocupação, houve reflexos para a sindicalização", comentou a analista do IBGE Adriana Beringuy.

A perda de associados é um problema adicional para os sindicatos brasileiros, que podem perder até R\$ 3 bilhões com a reforma trabalhista, que entra em vigor no próximo mês transformando o imposto sindical em contribuição voluntária.

O problema afeta principalmente as centrais sindicais, que em alguns casos sobrevivem exclusivamente desse repasse.

A queda na sindicalização é mais intensa entre os homens: em 2016, 9,15 milhões (ou 13,5%) eram associados a sindicatos, uma redução de 10% com relação ao verificado no ano anterior.

Já entre as mulheres, a queda foi de 4,2%, para 7,7 milhões de pessoas.

Adriana diz que a crise na indústria, que emprega mais homens, pode explicar o fato. "A indústria foi um dos setores que mais demitiram desde o início da crise", disse ela.

A indústria é o segundo setor em que há maior índice de sindicalização (15,2% das pessoas são filiadas), atrás apenas de educação, saúde humana e serviços sociais (18,5%).

FORMALIZAÇÃO

O estudo mostra também que a crise levou um número maior de brasileiros a buscar trabalho por conta própria e como empregadores, mas de maneira formal.

O contingente de pessoas ocupadas por conta própria ou como empregadores em empresas com registro no CNPJ chegou a 7,7 milhões em 2016 (28,9% do total), 2 milhões a mais do que em 2012 (5,7 milhões, ou 23,9% do total).

Esse número cresceu em todos os anos da pesquisa, com destaque para os setores de construção, de alojamento e alimentação e de outros serviços, que inclui prestadores como cabeleireiros.

"Ainda que a crise iniba a formalização, pode ser que a maior facilidade no acesso ao CNPJ tenha ajudado no processo", comentou a analista do IBGE.

Houve crescimento também no número de trabalhadores empregados em estabelecimentos de pequeno porte, com até cinco funcionários, o que indica ainda a opção por abrir empresas para prestar serviços formais.

Pela primeira vez na série histórica iniciada em 2012, o contingente ocupado nesse tipo de empresa superou a marca de 50% da população ocupada no setor privado, excluindo domésticos. Foram 50,1%, ante 48,1% no ano anterior e 46,7% em 2012.

Já o contingente em grandes empresas, com 51 funcionários ou mais, caiu de 29% em 2015 para 28% em 2016.

"Pode ser um indicativo de que empregadores que estão se formalizando o fazem com a abertura de empresas de pequeno porte", diz Beringuy.

Redução na ocupação puxou queda na sindicalização no País em 2016, diz IBGE

18/10/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

O número de pessoas sindicalizadas encolheu no País nos últimos anos, segundo a Síntese da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgada nesta quarta-feira, 18, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2016, 16,9 milhões de pessoas ocupadas ou que anteriormente já tinham sido ocupadas estavam associadas a algum sindicato. Em porcentual, é o menor da série histórica, iniciada em 2012. A fatia de sindicalizados caiu de 13,6% em 2012 para 13,4% em 2014, recuando a 12,1% em 2016.

“Houve uma queda dessa proporção de filiados a sindicatos ao longo do tempo”, ressaltou Adriana Beringuy, analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Segundo Adriana, a redução mais aguda na sindicalização entre 2014 e 2016 está associada à extinção de vagas no mercado de trabalho. “Uma das atividades que mais dispensou foi a indústria, que tem uma ocupação muito masculina e sindicalização alta”, completou a pesquisadora.

A sindicalização ainda é maior entre homens (13,1%) do que entre mulheres (11,2%), mas essa distância já foi maior em anos anteriores. Em 2012, 15,3% dos homens eram sindicalizados, contra apenas 11,9% das mulheres. Em 2014, essa fatia baixou para 14,8% dos homens e manteve-se em 11,9% para as mulheres.

As atividades com maior porcentual de sindicalizados foram educação, saúde, humanas e serviços sociais (concentrando 18,5% de todos os sindicalizados), indústria (15,2%), agricultura (15,1%), comércio (13,4%) e serviços prestados a empresas (12,8%).

A pesquisa também identificou redução no total de filiados a cooperativas. Apesar do aumento de 11,3% no total de pessoas ocupadas como empregadores ou trabalhadores por conta própria entre 2012 e 2016, houve redução no porcentual de associados a cooperativas de trabalho ou produção, que recuou de 6,4% em 2012 para 5,9% em 2016.

Imposto sindical vai acabar. Mas espere até conhecer a contribuição negocial

18/10/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Reforma trabalhista acaba com o imposto sindical a partir de novembro e não há sinal de reversão da medida. Para não ficar sem essa verba, aposta de sindicatos é em projeto de lei para contribuição negocial



Ao que tudo indica, o imposto sindical está com os dias contados. Assim que a reforma trabalhista entrar em vigor, no dia 11 de novembro, essa contribuição deixará de ser obrigatória. Desde a aprovação da nova lei, em julho, centrais sindicais estão se mobilizando para tentar reverter a extinção dessa cobrança.

O governo de Michel Temer (PMDB) inicialmente sinalizou a edição de medidas provisórias para “corrigir” eventuais falhas da nova legislação trabalhista, o que não ocorreu até o momento. Por isso, as centrais estão de olho em um projeto de lei que já tramita na Câmara dos Deputados e pode ser a salvação da lavoura. A proposta do deputado Bebeto (PSB-BA) cria uma contribuição negocial que seria cobrada de todos os trabalhadores, inclusive os não sindicalizados.

O projeto de lei foi proposto no ano passado, como resultado dos trabalhos da Comissão Especial sobre Financiamento da Atividade Sindical. "O papel do sindicalismo e seu protagonismo são inegáveis. Contudo não se pode afirmar que o sindicalismo vive seus melhores momentos", diz a justificativa do projeto, assinada por Bebeto e Paulo Pereira da Silva (SD-SP), o Paulinho da Força, que foi o presidente desta comissão. De acordo com a coluna Painel, da Folha de S.Paulo, a proposta agrada às centrais sindicais, mas tem a antipatia do presidente da Casa, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), que pode dificultar a tramitação.

Entre os pontos do PL 5795/2016 estão a criação de um modelo de controle e prestação de contas e a chamada contribuição negocial, um valor cobrado mensalmente de empregados e empregadores, com exceção do mês da contribuição sindical – que agora está quase extinta. Esse dinheiro é que sustentaria a atividade sindical: poderia ser usado para o pagamento de despesas jurídicas, técnicas e administrativas.

Os valores arrecadados seriam fixados em assembleia e não poderiam ultrapassar 1% da remuneração bruta anual do trabalhador. "A contribuição negocial será descontada de todos os trabalhadores membros da categoria profissional e de todos os representados pelas categorias econômicas, (...) ressalvado o direito de oposição", diz a justificativa.

Da forma como está redigida a proposta, essa contribuição negocial mensal seria distribuída de formas distintas, a depender da "fonte" de arrecadação: trabalhadores ou patrões. Os recursos arrecadados com os trabalhadores seriam repassados para o sindicato da categoria (80%), central sindical (5%), confederação (5%), federação (7%), Conselho Nacional de Autorregulação Sindical (2,5%) e Dieese (0,5%).

A distribuição da verba arrecadada com os patrões é um pouco diferente: sindicato (85,5%), federação (5%), confederação (7%) e Conselho Nacional de Autorregulação Sindical (2,5%). Para os casos de não haver confederação ou federação, os percentuais correspondentes iriam para esse conselho de autorregulação.

Quem não quiser ter os descontos de contribuição negocial poderá se opor. Mas precisa fazer isso por escrito à mesa que vai comandar a assembleia daquela categoria. "O não comparecimento à assembleia implica concordância tácita com a deliberação acordada, salvo impossibilidade de comparecimento decorrente de hipóteses legais", diz o texto.

Mais dinheiro

Além da criação da contribuição negocial, a proposta prevê outras fontes de receita para os sindicatos. Uma delas é a "atualização" automática da contribuição sindical de acordo com a inflação – o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de outubro de cada ano. Essa contribuição varia de acordo com o capital social das empresas, que pagariam um tipo de alíquota de acordo com seu porte e um valor a acrescentar.

Para se ter ideia, para uma empresa com capital social de até R\$ 26,6 mil, a alíquota é de 0%, com valor a adicionar de R\$ 213,42. Já para as empresas com capital superior a R\$ 237,9 milhões, esse valor adicional seria de R\$ 83,7 mil, também com alíquota zerada. Nessa contribuição também seriam incluídos empregados rurais (valor equivalente a um dia de trabalho), trabalhadores autônomos (R\$ 88,92) e profissionais liberais (R\$ 217,20).

Hoje, sem as mudanças da reforma trabalhista, a contribuição de profissionais autônomos e liberais está congelada em R\$ 5,70. Para os empregadores, ela varia entre R\$ 11,40 e R\$ 5.367,94.

Pela proposta, a contribuição sindical também seria cobrada de servidores públicos. Inicialmente, Bebeto deixou a cobrança só para os funcionários públicos da União, mas

depois admitiu ampliar para os servidores estaduais e municipais – mas isso não consta no PL que está tramitando na Casa.

O relatório também chegou a acenar a possibilidade de cobrança dessas contribuições para os trabalhadores domésticos e até mesmo sobre o 13º de aposentados.

A última movimentação desse PL na Câmara foi em setembro de 2016, quando foi recebido pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. O projeto também foi apensado à outra proposta, o PL 6706/2009, que reúne várias proposições que alteram a CLT.

Sebrae lança página sobre a nova Lei Trabalhista

18/10/2017 – Fonte: PEGN

Alterações na legislação começam a valer a partir de novembro

Os donos de pequenos negócios têm um espaço especial para ficar por dentro da nova Lei Trabalhista e conseguir adaptar a empresa às novas regras que começam a valer a partir de novembro. O Sebrae reuniu um conjunto de conteúdos para orientar os empresários sobre as mudanças na legislação. O material pode ser consultado [neste link](#).

“Como já existem muitos conteúdos tratando das alterações sob o viés das grandes empresas, notamos que era necessário fazer um trabalho específico de esclarecimento para quem é responsável por um pequeno negócio é que são maioria na economia brasileira”, afirma a diretora técnica do Sebrae, Heloisa Menezes.

Quem acessar a página poderá consultar infográficos, tira-dúvidas, publicações e e-books. A ideia é que empregadores e empregados entendam bem as mudanças, sejam em contratos novos ou naqueles já firmados.

IBGE: número de trabalhadores em empresas de grande porte cai 29% em um ano

18/10/2017 – Fonte: Agência Brasil

O número de trabalhadores ocupados em empreendimentos de grande porte (com 50 trabalhadores ou mais) caiu 29% em relação a 2015. A informação é do primeiro módulo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua 2012-2016) - Características Adicionais do Mercado de Trabalho, divulgado hoje_(18) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A publicação indica ainda que 26% da população ocupada (empregadores, trabalhadores por conta própria e empregados, desconsiderando o setor público e os trabalhadores domésticos) trabalhava em empreendimentos de grande porte em 2016.

Em 2012, eram no total 72,4 milhões pessoas ocupadas, número que saltou para 75 milhões em 2015, vindo posteriormente a cair para os 73,7 milhões do ano passado – o último ano da pesquisa.



Em 2016, 26% da população trabalhava em empresas de grande porteArquivo/Agência Brasil

Na publicação deste mês, a Pnad Contínua apresenta dados estruturais do mercado de trabalho, referentes ao intervalo entre os anos de 2012 a 2016, e não apenas os conjunturais, divulgados mensalmente.

A pesquisadora do IBGE Adriana Beringuy disse que o objetivo desse primeiro módulo da pesquisa é exatamente o de "investigar algumas características que têm o perfil mais estrutural e menos conjuntural do mercado de trabalho no país, como os indicadores associados à filiação a sindicato, turno de trabalho, cooperativas de trabalho ou produção, registro no CNPJ e o tamanho do empreendimento".

O percentual daqueles que trabalhavam em empreendimentos de pequeno porte (com até 5 pessoas) subiu de 48,1% para 50,1% entre 2015 e 2016. "Nesse período em que nós observamos, por exemplo, queda na ocupação da indústria – até mesmo as de grande porte tiveram dispensas de trabalhadores –, os empreendimentos de menor porte estavam sendo formados absorvendo pessoas ocupadas", ressaltou Adriana.

Dados por região

O percentual de pessoas ocupadas (exceto empregados no setor público e trabalhadores domésticos) em empresas de pequeno porte foi maior nas Regiões Norte e Nordeste que nas demais regiões em todos os anos da pesquisa.

Em 2016, foram 68% no Norte, 61,7% no Nordeste, 51% no Centro-Oeste, 47,1% no Sul e 42,1% no Sudeste. No período 2012-2016, o percentual aumentou Grandes Regiões, sobretudo no Norte (11,8%) e no Centro-Oeste (10,9%).

Em relação ao percentual de ocupados (excluídos empregados no setor público e trabalhadores domésticos) em empreendimentos com 50 ou mais pessoas, o Sudeste foi a região com maior percentual (31,8%) e o Norte, com o menor, 14,7%. Houve redução de percentual ocupado neste modelo de empresa em todas as regiões, principalmente na Norte (queda de 29,3%).

Formalização via CNPJ

A Pnad Contínua 2012-2016 constatou também o aumento da formalização do emprego via Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), tanto entre os ocupados por conta própria quanto entre os empregadores. Segundo os dados de 2016, 18,9% dos trabalhadores por conta própria e 82% dos empregadores estavam em empreendimentos registrados no CNPJ. Em 2012, os percentuais eram de 14,9% e 75,6%, respectivamente.

A pesquisa aponta também que a formalização profissional é maior entre as mulheres. Em 2016, o percentual de mulheres que trabalhavam por conta própria em empreendimentos com CNPJ era de 20,3%, ante 18,2% dos homens.

Já as empregadoras formalizadas eram 86,1% no mesmo ano, enquanto os homens empregadores formalizados chegavam a 80,2%. Em 2016, 30% das mulheres ocupadas como empregadoras ou trabalhadoras por conta própria tinham registro no CNPJ, enquanto esse percentual para os homens era de 28,4%.

Em 2016, o aumento do registro no CNPJ ocorreu em todas as Grandes Regiões, contudo em menor intensidade no Norte (3,3% apenas). A Região Nordeste foi a que apresentou o maior aumento no percentual de registrados no CNPJ entre 2012 e 2016, 33,1%, seguida pela Sudeste, com aumento de 21,1%.

Adriana Beringuy destacou a formalização dos trabalhadores via registro no CNPJ. "Muitos podem ser até na função de microempreendedores através do MEI [microempreendedor individual, legislação que dá cidadania empresarial: CNPJ, direitos e benefícios], facilitando o acesso desses trabalhadores conta própria à sua formalização – um prestador de serviço com direito a emitir sua nota fiscal, ter sua própria contabilidade", explicou.

Sindicatos e cooperativas

A Pnad indica ainda que 12,1% das pessoas ocupadas ou que estiveram ocupadas estavam associadas a algum sindicato em 2016. Eram 16,9 milhões de sindicalizados frente a um total de 139,1 milhões. Segundo o IBGE, é o menor percentual da série que iniciou em 2012 com 13,6% de sindicalizados.

O percentual de sindicalizados era maior entre homens do que entre mulheres: em 2016, foram respectivamente 13,1% de homens ante 11,2% de mulheres sindicalizadas. Houve uma queda maior na sindicalização entre homens do que entre mulheres: em 2012, os percentuais eram respectivamente 15,3% e 11,9%. "Entre 2012 e 2016 foi registrado movimento de redução da sindicalização em todas as Grandes Regiões do país", afirma o IBGE.

Cooperativas

Apesar do aumento de 11,3% no total de pessoas ocupadas como empregadores ou trabalhadores por conta própria no período analisado, houve redução no percentual de associados a cooperativas, de 6,4% em 2012 para 5,9% em 2016.

A associação a cooperativas de trabalho ou produção era maior entre homens do que entre mulheres. Contudo, essa diferença entre sexos se reduziu de 2,7 pontos percentuais (pp) em 2012 para 1,7 pp em 2016. No ano passado, enquanto 6,4% dos homens ocupados como empregadores ou trabalhadores por conta própria estavam em cooperativas, a proporção entre mulheres era de 4,7%.

'Trabalho escravo' faz fiscal parar atividades

18/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

Fiscais do Trabalho de pelo menos oito Estados decidiram parar após a edição da portaria que modifica as regras de combate ao trabalho escravo. Eles afirmam não saber que norma aplicar: a que estava em vigor até o início desta semana ou a nova, que consideram insustentável pelas falhas técnicas e jurídicas que contém.

A insegurança jurídica fez parar as fiscalizações em São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, de acordo com informações do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). O Ministério do Trabalho disse não ter recebido "nenhuma informação oficial sobre a paralisação de auditores."

Um dia após sua edição, era grande a pressão contra a Portaria 1.129. O Ministério Público e o Ministério Público do Trabalho recomendaram ao ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que revogue a norma. Segundo analisaram os procuradores, ela contraria leis como o Código Penal, duas convenções da Organização Internacional do Trabalho, decisões do Supremo Tribunal Federal e a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Num choque com o comando da Pasta, o secretário substituto de Inspeção do Trabalho, João Paulo Ferreira Machado, orientou os auditores a, na prática, ignorar a portaria e informou que pedirá ao ministro sua revogação, dada a quantidade de falhas técnicas e jurídicas.

Pelo menos dois projetos de decreto legislativo foram apresentados para revogar a portaria: um de autoria do deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) e outro do deputado Roberto de Lucena (PV-SP). O senador Paulo Paim (PT-RS) disse que a Comissão de Direitos Humanos do Senado fará requerimento para que o ministro explique a portaria e a revogue.

Apesar da reação, o presidente Michel Temer estava ontem disposto a manter a portaria. Uma eventual revogação da medida poderia indispor Temer com a bancada

ruralista, às vésperas da votação da denúncia contra ele na Câmara dos Deputados. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que reúne deputados e senadores ruralistas, já afirmou que a norma vem ao encontro de pautas da bancada.

Apesar disso, auxiliares reconheceram que a norma pode ser revogada, caso a pressão aumente. Recentemente, o presidente recuou da extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca).

Um interlocutor do presidente comentou que a reação negativa decorre da "incompreensão" do que pretende a norma, que é dar mais segurança aos fiscais no exercício de suas funções. Em nota, o Palácio do Planalto afirmou que somente o Ministério do Trabalho se pronuncia sobre o teor da portaria.

Retrocesso

A ministra dos Direitos Humanos, Luislinda Valois, afirmou que a portaria não pode passar por cima do Código Penal e da Constituição. "O trabalho escravo é destruidor e quem pratica esse tipo de crime não pode ficar impune", disse. Afirou que, se tivesse sido ouvida sobre a decisão, se posicionaria contra. "Não podemos retroceder em nenhuma área, muito menos na escravidão", ressaltou. Luislinda afirmou que pretende conversar com Temer sobre a portaria.

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, divulgou na rede social uma nota de apoio à portaria, parabenizando o presidente e o ministro Ronaldo Nogueira. Segundo avaliou, a portaria dá critério às fiscalizações. Também a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) apoiou a portaria.

Segundo a entidade, a norma fecha "brechas que induzem a má aplicação da legislação em vigor".

Questionado sobre a recomendação do Ministério Público e da própria área técnica, o Ministério do Trabalho reafirmou sua posição sobre a portaria: que ela aprimora e dá segurança jurídica à ação do Estado no combate ao ilícito.

Entidades vão à ONU para tentar barrar portaria

18/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

Entidades recorrem à ONU contra a decisão do governo brasileiro de modificar a definição de trabalho escravo e de deixar nas mãos do ministro do Trabalho a inclusão de empresas na chamada "lista suja", que engloba aqueles que desrespeitam os direitos trabalhistas.

Num apelo urgente enviado ontem a alguns dos principais relatores da ONU, a entidade Conectas e a Comissão Pastoral da Terra solicitam que a ONU peça a revogação imediata da medida. Para as entidades, a portaria "contraria a Constituição, o Código Penal e instrumentos internacionais dos quais o Brasil é parte".

Num documento de mais de 20 páginas, as duas organizações condenam veementemente a portaria e argumentam que a decisão do governo representa o "ataque mais violento contra o sistema de combate ao trabalho escravo no Brasil".

O documento também "alerta para o dano irreparável que a medida pode trazer aos direitos dos trabalhadores e pede a revogação imediata da portaria, a garantia de destinação de recursos para o combate ao trabalho escravo e que o Estado brasileiro se comprometa a não promover mais retrocessos nessa área".

Indústria apresenta oportunidades de negócios no Brasil a empresários dos Emirados Árabes

18/10/2017 – Fonte: CNI

Presidente da CNI, Robson Braga de Andrade avaliou, durante encontro realizado em Abu Dhabi, que este é o momento ideal para se investir no país diante dos sinais de recuperação econômica; cidade do Oriente Médio sedia a WorldSkills, a maior competição de profissões técnicas do planeta

"A inflação e os juros brasileiros estão em trajetória de queda, criando um ambiente oportuno para novos investimentos, sobretudo na produção e na comercialização de bens e serviços" - Robson Braga de Andrade



O Brasil vive "o momento ideal" para receber investimentos estrangeiros diante dos sinais mais sólidos de retomada da economia, avaliou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, durante o I Encontro Brasil-Emirados Árabes Unidos em Abu Dhabi, nesta terça-feira (17). No seminário, realizado em parceria com a embaixada brasileira, foi traçado um panorama do atual cenário econômico e apresentadas oportunidades de negócios bilaterais.

Em apresentação feita a empresários árabes e presidentes de federações de indústrias brasileiras, Robson de Andrade afirmou que a conjuntura internacional e o cenário doméstico são favoráveis ao Brasil. Por um lado, disse ele, há uma grande quantidade de recursos disponíveis na economia mundial e as commodities estão com preços elevados.

Por outro, há indicadores de que a recessão está ficando para trás e a economia vai retomar a trajetória positiva. Ele citou como exemplos o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) por dois trimestres seguidos e a queda da inflação e dos juros. "A inflação e os juros brasileiros estão em trajetória de queda, criando um ambiente oportuno para novos investimentos, sobretudo na produção e na comercialização de bens e serviços", disse.

Os sinais positivos fizeram a CNI revisar a projeção sobre o crescimento do PIB para 0,7% este ano, com previsão de aumento do PIB industrial para 0,8%. A estimativa é que a inflação fique em 3,2%, próxima ao limite inferior da meta e a taxa básica de juros, a Selic, chegará em dezembro a 7% ao ano.

"A reação positiva da economia já alcança, inclusive, o mercado de trabalho, no qual se observa queda da taxa de desemprego. Com a diminuição da inflação, esse movimento recompõe o poder de compra e potencializa a tendência de recuperação", analisou Andrade. "Na indústria, a gradual recuperação do consumo das famílias criará condições para o aumento da produção de forma mais disseminada."

Robson Braga de Andrade também disse que as reformas aprovadas no Congresso vão contribuir para a retomada do investimento no Brasil. "A aprovação da reforma trabalhista, os avanços no processo de privatização e as novas concessões consolidam uma mudança na estratégia de crescimento, agora sob liderança do setor privado e com foco na eficiência econômica", defendeu. Para ele, é necessário, porém, que reformas estruturantes também sejam aprovadas, assim como é preciso buscar o reequilíbrio fiscal das contas públicas, para que a recuperação econômica se consolide.

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO – O presidente da CNI explicou ainda que a entidade tem defendido uma ambiciosa agenda internacional para a indústria, que inclui a melhoria no ambiente de negócios no Brasil, a defesa de acordos destinados a evitar a dupla tributação e para facilitar o aumento dos investimentos no país.

“Os investidores aqui presentes, assim como os governos dos dois países, podem contar com o apoio da CNI para negociar e concluir esses acordos fundamentais para as nossas relações bilaterais”, avisou ele aos empresários participantes do encontro. Carlos Abijaodi destacou o potencial de investimentos no Brasil



O diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi, apresentou oportunidades de investimentos em 24 projetos selecionados pelas federações de indústrias. Desses, ele detalhou seis propostas de empresas brasileiras interessadas em fazer parcerias de negócios e foi sabatinado por representantes de entidades árabes e empresários sobre o cenário político e econômico brasileiro.

Na avaliação de Abijaodi, o empresariado do país ainda desconhece as potencialidades do Brasil e o encontro desta terça-feira foi importante, pois os árabes precisam de encontros pessoais para construir relações de negócios. Segundo ele, o mundo árabe gosta da presença física, da conversa e é preciso dar continuidade a esse tipo de estratégia para ter parceiros e defensores do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.

“Tivemos aqui representantes muito importantes dos Emirados Árabes, são empresários que realmente ansiam por conhecer o Brasil”, explicou. “Nós realmente precisamos sair do Brasil e vir trazer uma mensagem de que o país tem potencial, oferece condições para um bom investimento e tem oportunidades tanto para projetos pequenos como para grandes projetos de investimento, como as concessões e privatizações.”

O embaixador brasileiro nos Emirados Árabes Unidos, Fernando Igreja, e o representante do Banco do Brasil, Marco Aurélio Frantz, também falaram sobre a recuperação econômica e as possibilidades de apoio a investidores estrangeiros no país. O banco possui um escritório em Dubai e o governo brasileiro virá aos Emirados Árabes para apresentar as oportunidades em concessões e privatizações. “A aproximação entre os dois países tem se intensificado, e este encontro foi muito importante porque mostrou as possibilidades tanto no Brasil quanto nos Emirados Árabes”, analisa Igreja.

O diretor de escritórios internacionais da Câmara de Comércio de Dubai, Omar Khan, e a diretora de Políticas de Comércio Internacionais do Ministério da Economia dos Emirados Árabes Unidos, Hind Al Youha, também fizeram uma apresentação sobre os setores prioritários de desenvolvimento no país.

“Acho que o encontro foi um excelente começo e nós precisamos continuar a estreitar essa relação entre o Brasil e os Emirados Árabes. Com a nossa parceria com a CNI podemos identificar oportunidades e discutir as possibilidades para cada tipo de investidor”, explica Khan.

Os empresários estão em Abu Dhabi para acompanhar a delegação de 56 alunos e ex-alunos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional

de Aprendizagem Comercial (Senac) que participam da WorldSkills, a maior competição de educação profissional do mundo.

Mais de 1.200 competidores de 68 países realizam provas que reproduzem o dia a dia de 52 profissões técnicas. O Brasil é o atual campeão do torneio, com 27 medalhas conquistadas na última edição realizada em 2015, em São Paulo.

Lei Geral concede tratamento diferenciado a pequenos negócios

18/10/2017 – Fonte: PEGN

Entre os benefícios da norma, que completou dez anos em 2016, estão a criação da figura jurídica do MEI e do Simples Nacional



Guilherme Afif Domingos, presidente do Sebrae. Para ele, norma diminuiu a burocracia e facilitou a vida dos pequenos empresários (Foto: Divulgação)

A **Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/2006)** foi criada para regulamentar o tratamento diferenciado que deve ser dado às micro e pequenas empresas, previsto na Constituição.

Entre os benefícios da norma, que completou dez anos em 2016, estão a criação da figura jurídica do **Microempreendedor Individual (MEI)** e do **Simples Nacional**, um regime tributário específico para o segmento com redução da carga de impostos e simplificação dos processos de cálculo e recolhimento, e o estímulo à participação nas compras governamentais.

“Depois que a lei entrou em vigor, a vida do pequeno empresário melhorou muito. Ela diminuiu a burocracia e a carga tributária e estimulou o crescimento desse segmento que é o que mais gera empregos no Brasil”, destaca o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos.

A Lei Geral já passou por seis alterações que permitiram novos avanços. “Essa é uma lei viva e sempre procuramos atualizá-la e melhorá-la. Nossa luta atual é pela criação das Empresas Simples de Crédito (ESC)”, ressalta.

As ESC irão facilitar o acesso ao crédito para o segmento e ampliar a oferta para os empreendimentos de MPE. Por meio dessa nova atividade empresarial, o cidadão na sua comunidade poderá emprestar o dinheiro dele para atividade produtiva local.

Outro importante marco trazido pela Lei Geral foi o tratamento diferenciado nas compras públicas. A norma determina a exclusividade das micro e pequenas empresas nas licitações governamentais até R\$ 80 mil.

Ela também prevê que os órgãos governamentais podem pagar até 10% acima do melhor preço por produtos e serviços que são oferecidos por empresas locais, e estabelece que nos certames de bens de natureza divisível torna-se obrigatória a divisão em lotes de 25% exclusivos para as empresas de pequeno porte.

Além dos donos de micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais, produtores rurais e agricultores familiares também são beneficiados.

Veja abaixo as principais alterações na Lei desde que ela foi criada:

2006 – Aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e criação do Simples Nacional.

2007 – Inclusão de novas categorias do setor de serviços no Simples Nacional.

2008 – Criação do Microempreendedor Individual.

2009 – Inclusão do setor cultural no Simples Nacional.

2011 – Correção dos tetos do Simples Nacional, incentivo para exportação e criação do parcelamento de débitos.

2014 – Universalização do Simples Nacional.

2016 – Aumento do teto do Simples para R\$4,8 milhões, progressividade nas alíquotas, regulamentação do investidor anjo e inclusão de empresas de produção de bebidas artesanais no Simples.

Empresas recorrem a inteligência artificial para melhorar negócios

18/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Inteligência artificial é usada para melhorar negócios

O uso de inteligência artificial já é realidade no Brasil. Empresas como Fleury, Bradesco e BRF já usam a tecnologia para melhorar a produtividade de seus negócios. Agora, companhias de soluções tecnológicas miram em outro objetivo: ganhar escala ofertando o serviço para pequenos e médios negócios.

A Totvs e a Salesforce lançaram, no primeiro semestre deste ano, programas de inteligência que oferecem análises de dados para todos os clientes que já usavam algum tipo de plataforma da empresa, chamados Einstein e Carol. O Watson, tecnologia da IBM que se assemelha à Siri, da Apple, já era oferecido em sua versão básica desde 2015.

Com os serviços, o dono de um pequeno restaurante pode, por exemplo, usar a ferramenta para descobrir se algum dos seus pratos precisa ser descontinuado ou se deveria aumentar o preço das bebidas. Com o mesmo software, uma universidade é capaz de identificar quais alunos têm maior probabilidade de evasão.

"A Inteligência Artificial te fala como está sua performance em relação aos seus concorrentes e o que você deve fazer para melhorar: produtos que deve vender, promoções" explica Vicente Goetten, diretor do laboratório de inovação da Totvs no Vale do Silício.

Segundo Goetten, os pequenos negócios sempre tiveram uma demanda muito grande por dados para elaborar uma gestão estratégica, mas, antes da inteligência artificial, esse tipo de ferramenta era inacessível. "É muito caro você montar um time de ciência de dados", diz.

Para baratear a inovação, as empresas têm apostado em modelos de negócio flexíveis. Uma medida importante foi o desenvolvimento de sistemas comerciais que fazem a cobrança por uso. Nas três empresas consultadas, a inteligência em seu modelo mais básico é oferecida sem custo adicional para o cliente.

Um empresário que possui uma plataforma CRM da Salesforce, usada para relacionamento com consumidores, pode acessar o assistente sem custo para obter análise de dados gratuita, com um limite de quantidade de dados.

Caso veja retorno, ele tem a opção de contratar planos cobrados por volumes, a preços de vão de US\$ 40 a US\$ 4.000 por mês.

O modelo também é usado pela Totvs e pela IBM, que não divulgaram valores dos planos.

"A plataforma consegue te acompanhar. Conforme você vai crescendo, tem mais dados, e o valor vai mudando", explica Goetten.

Outro ponto em comum é que os serviços são oferecidos por computação em nuvem ""acessados remotamente a partir de um computador.

Um dos motivos pelo qual o acesso remoto é importante é que com a nuvem, as pequenas empresas não precisam acionar um time tecnologia ou possuir um servidor próprio para ter acesso à inteligência.

ADESÃO

Para Fabricio Barth, líder técnico do Watson (IBM) no Brasil, o país ainda possui um atraso de cerca de dois anos em relação aos Estados Unidos para a adoção de tecnologia que auxiliem a gestão.

Entre os empresários americanos, 37% já usam Inteligência Artificial, indica pesquisa feita pela Salesforce. Destes, 73% notaram aumento na velocidade de vendas.

"Ainda temos uma questão de atitude do gestor brasileiro: ele espera que a tecnologia seja usada lá fora, e só depois que vê funcionar que ele começa a pensar em adotar também", afirma Barth.

Editoria de Arte/Folhapress

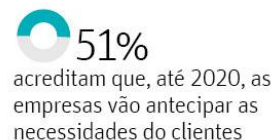
Impacto do uso de inteligência artificial em vendas de produtos



Tecnologia tem aumentado a expectativa de cliente



Fonte: Salesforce



Pesquisador dominicano prevê vantagem a quem 'se incorporar às máquinas'

18/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



José Elías durante palestra no GX27, em Montevideú

As inteligências artificiais deverão chegar ao nível do pensamento humano nos próximos 30 ou 40 anos. Nesse período, passaremos a incorporar essa tecnologia aos nossos corpos, de forma que acabaremos por funcionar junto com ela.

Essa é a teoria defendida por José Elías, especialista em engenharia da computação pela Universidade de Boston, nos Estados Unidos. Ele falou sobre inteligência artificial, área em que é pesquisador, durante o Encontro GX27, promovido anualmente pela empresa de tecnologia Genexus, em Montevideú, no Uruguai.

O pesquisador de origem dominicana é mais conhecido em países hispânicos e possui um blog de tecnologia, o eliax.com. Na página, há mais de dez mil artigos sobre assuntos que vão desde inteligência artificial até universos paralelos.

Segundo Elías, a incorporação das máquinas ao nosso corpo acontecerá em três fases: a primeira consistirá em adições externas e não-invasivas. Como exemplo, o pesquisador citou as HoloLens, óculos de realidade aumentada desenvolvidos pela Microsoft que integram objetos sintéticos com imagens reais.

Em um segundo momento, desenvolveremos dispositivos que se conectarão com áreas específicas do cérebro, de acordo com a função e o objetivo de cada um deles.

Já em uma terceira etapa, será possível substituir partes inteiras do corpo e aprimorá-lo constantemente.

"Hoje, por exemplo, já existem quatro empresas e cinco laboratórios no mundo que conseguem criar visão artificial para os que são cegos. É uma câmera que se conecta diretamente ao cérebro e faz com que a pessoa enxergue imagens em baixa resolução", contou Elías.

Segundo ele, essa evolução tecnológica deverá acontecer mais rápido com o passar do tempo. "A ciência e a tecnologia não se movem de forma linear. O nível das mudanças que vimos nos últimos 20 anos agora acontecerá em dez ou cinco."

Elías também afirmou que a junção entre homem e máquina deverá acalmar o medo, em parte gerado por livros e filmes de ficção científica, de que as máquinas adquiram consciência própria e se voltem contra a raça humana. Ele diz que há, porém, o risco de surgirem novas complicações sociais.

"Obviamente, essa mudança que estou prevendo também vai trazer outras questões. Haverá pessoas que vão querer se incorporar às máquinas e outras que não. Os que quiserem terão uma vantagem nos negócios e na vida em relação aos que se recusarem. Isso se chama evolução", disse o pesquisador.

Camex zera Imposto de Importação para 153 máquinas e equipamentos industriais sem produção no Brasil

18/10/2017 – Fonte: MDIC

Resoluções Camex publicadas hoje no Diário Oficial da União reduzem custos e incentivam novos investimentos produtivos

Foram publicadas hoje, no Diário Oficial da União (DOU), as Resoluções [Camex nº 80](#) e [nº 81](#) que reduzem de 16% e 14% para zero o Imposto de Importação para bens de informática e telecomunicações e de bens de capital sem produção no Brasil. As reduções tarifárias que entram hoje em vigor, de acordo com o regime de ex-tarifário, são temporárias e as importações sem tarifas podem ser feitas até 30 de junho de 2019, de acordo com o que estabelecem as duas novas Resoluções Camex.

As empresas que solicitaram o benefício à Camex informam que os equipamentos serão utilizados em projetos que representam novos investimentos no valor de US\$ 399 milhões.

Os principais setores contemplados são os de energia - geração, transmissão e distribuição (39,2%), ferroviário (20,7%) e de serviços (9,4%). Entre os principais projetos beneficiados estão a instalação de uma rede de transmissão de alta tensão e a modernização de uma planta para aumento da capacidade de produção de energia elétrica.

O que são ex-tarifários

O regime de ex-tarifário consiste na redução temporária da alíquota do Imposto de Importação de bens de capital (BK) e de informática e telecomunicação (BIT), assim grafados na Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC), quando não houver a produção nacional equivalente. Ou seja, representa uma redução no custo do investimento e produz um efeito multiplicador de emprego e renda sobre segmentos diferenciados da economia nacional.

Brasil Mais Produtivo é tema de seminário na CEPAL sobre inclusão financeira

18/10/2017 – Fonte: MDIC

Em Santiago do Chile, secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, Igor Calvet, explicou funcionamento do programa

O secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Igor Calvet, participou na tarde desta terça-feira, a convite da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), do Seminário Regional de Inclusão Financeira, em Santiago do Chile. Durante o encontro, Calvet apresentou as iniciativas do governo brasileiro para a expansão das políticas públicas de inclusão financeira.

Em sua fala, o secretário destacou o Programa Brasil Mais Produtivo (B+P), coordenado pelo MDIC, que visa aumentar a produtividade de empresas industriais. "Esse é um programa de intervenções rápidas, de baixo custo, com o objetivo de obter ganhos expressivos de produtividade pela aplicação da metodologia da Manufatura Enxuta, que envolve questões como a redução de desperdício, de estoque e aperfeiçoamento do controle de qualidade pelas empresas", disse.

Igor Calvet também explicou que o B+P atende empresas com 10 a 20 funcionários, como foco no aumento da produtividade. "O Programa já atendeu a três mil empresas e o investimento institucional do projeto, por cada intervenção, gira em torno de quinze mil reais. A contrapartida, para garantir o engajamento das empresas beneficiadas, é de apenas três mil reais", explicou o secretário.

Recentemente, o programa foi apresentado na reunião de ministros da Indústria do Mercosul, em Mendonza. "Oportunidade em que foi muito bem recebido", lembrou Calvet. Para 2018, o secretário frisou que o MDIC pretende expandir os atendimentos para 15 mil empresas.

Crédito

O financiamento e a garantia às exportações de micro e pequenas empresas também foram destaque na apresentação do secretário. Ele citou o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), que tem a função de viabilizar financiamento em condições equivalentes às praticadas no mercado internacional. Calvet mencionou ainda o Seguro de Crédito às Exportações (SCE) ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

Aos participantes do seminário, Calvet afirmou que o Brasil já soma sete milhões de microempreendedores individuais e quatro milhões de Micro e Pequenas Empresas. "Esses empresários também contam com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que nesse ano lançou um novo canal online para o acesso de linhas de crédito. Nosso desafio é chegar à grande maioria do universo de micro e pequenas empresas que ainda não têm acesso ao sistema de financiamento", concluiu.

MDIC e MTUR discutem medidas para atrair parques temáticos ao Brasil

18/10/2017 – Fonte: MDIC

Governo pretende facilitar a importação de equipamentos e incentivar instalação dos maiores atrativos turísticos do mundo no país

Um trabalho conjunto dos ministros Marcos Pereira (Indústria, Comércio Exterior e Serviços) e Marx Beltrão (Turismo) pode ajudar a colocar o Brasil em definitivo na rota dos principais parques temáticos do mundo.

A ideia é mudar a classificação dos equipamentos do setor para bens de capital e estimular a competitividade do país na importação de atrativos sem similar nacional. Representantes do segmento consideram as medidas determinantes para a vinda de investidores como a Disney, Universal, Busch Gardens, Six Flags, Legoland e outras bandeiras que fazem parte das maiores empresas do ramo.

O primeiro passo foi dado na última reunião de ministros de Turismo do Mercosul, quando todos os representantes dos quatro países membros (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) manifestaram apoio às demandas do Sistema Integrado de Parques de Atrações Turísticas (Sindepat). Em paralelo, o MDIC está com uma consulta aberta até o próximo dia 1º para confirmar que não há produção de equipamentos análogos na indústria nacional.

Após a consulta, o documento será apresentado no grupo técnico da Câmara de Comércio Exterior e, caso não haja nenhuma objeção, segue direto para o fórum de ministros ligado ao tema no Mercosul.

"As maiores marcas têm se expandido as suas operações em diversas partes do mundo, com investimentos vultuosos e milhares de empregos gerado. Se fizermos alguns ajustes, temos totais condições de nos consolidar como o grande hub de parques temáticos da Américas Central e do Sul", comentou o ministro do Turismo, Marx Beltrão.

"Estamos avançando. Temos trabalhado para atender as demandas do setor, porque sabemos que elas são importantes para gerar emprego e renda para o país", destacou o ministro da Indústria, Marcos Pereira.

Estudo elaborado pelo Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas (Sindepat), se o governo atender às demandas do setor, o segmento poderá investir R\$ 1,9 bilhão e gerar de 56 mil empregos nos próximos cinco anos. Atualmente, os 18 estabelecimentos associados ao Sindepat geram 11 mil empregos diretos e movimentam cerca de R\$1 bilhão na economia por ano.

Histórico

Em agosto, o presidente da IAAPA (Associação Internacional de Parques e Atrações Turísticas), Greg Hale, vice-presidente global da Disney, esteve no Brasil e confirmou a vocação do país para esse investimento. "O clima, o tamanho do mercado e a cultura tornam o Brasil extremamente atrativo", disse na ocasião.

Durante o seminário "A importância dos parques temáticos para o turismo", Greg Hale destacou que apenas a Disneyland Paris recebe 15 milhões de visitantes por ano, quase a soma do número registrado da Torre Eiffel (6,9 milhões) e do Museu do Louvre (9,7 milhões). Na apresentação, ele citou ainda que apenas Singapura atraiu investimentos de US\$ 5,2 bilhões capitaneados pelos parques temáticos.

Governo federal autoriza Curitiba a licitar R\$ 99 milhões para obras de mobilidade urbana

18/10/2017 – Fonte: Bem Paraná



A Prefeitura de Curitiba obteve autorização do Governo Federal para licitar obras do lote 4 da Linha Verde e outras três grandes intervenções para melhorar a mobilidade urbana da capital. A liberação foi dada após reunião do prefeito Rafael Greca e do governador Beto Richa com o ministro das Cidades, Bruno Araújo, e com o presidente da Caixa, Gilberto Occhi, nesta terça-feira (17/10), em Brasília.

Ainda no primeiro semestre deste ano, a Prefeitura conseguiu regularizar com o ministério as pendências e atrasos nos projetos ocorridos na gestão passada. As obras estavam desde então sob análise do Ministério das Cidades, que vai financiar os R\$ 99 milhões necessários para as intervenções.

O dinheiro permitirá concluir o trecho da Linha Verde entre a rua Fagundes Varela e o trevo do Atuba, que exigirá recursos de R\$ 74,9 milhões. Outros R\$ 9,2 milhões serão usados para construção do terminal do Tatuquara e reforma do terminal da Vila Oficinas. Já a trincheira na Avenida Nossa Senhora Aparecida com a Mário Tourinho terá recursos de R\$ 14,5 milhões.

"Após os esforços para colocar as finanças da cidade em ordem, damos um grande passo com essa autorização do governo federal, que na prática significa a volta de grandes e importantes projetos para Curitiba", disse o prefeito, que reforçou também a importância da parceria com o governo estadual na obtenção dos recursos. "Vem aí um ano de grandes obras de mobilidade."

De acordo com o secretário Governo Municipal, Luiz Fernando Jamur, que acompanha o prefeito em Brasília, a licitação deverá ser lançada no mês que vem, e a previsão para início efetivo das obras é o começo de 2018.

Na viagem a Brasília, Greca também se encontrou com embaixadores de países árabes e teve reuniões na embaixada da China e no Itamaraty. O chefe de cerimonial e assessor de relações internacionais da Prefeitura, Luiz Roberto Pinho Borges, também acompanha o prefeito.

Importância das obras

A trincheira da Avenida Mário Tourinho com a Nossa Senhora Aparecida irá melhorar a ligação do Centro com o Campo Comprido e da região do Portão com a BR-277 no sentido do Parque Barigui e vice-versa.

Na Linha Verde, as obras dos lotes 4 complementam o corredor de transporte de Norte a Sul da cidade.

Já a reforma do terminal da Vila Oficinas prevê pavimentação em concreto e as plataformas de embarque serão adaptadas para atender a novas linhas de ônibus de forma a melhorar a operação do transporte.

O terminal do Tatuquara, por sua vez, será instalado no terreno anexo da Rua da Cidadania. O equipamento é fundamental para descentralizar o transporte na região, hoje concentrado no Terminal Pinheirinho.

A ser implantado numa área de 3,4 mil m², o novo terminal irá receber dez linhas alimentadoras. De lá sairão linhas troncais que poderão fazer futura integração em estações estratégicas da Linha Verde ou seguir diretamente à região central.

A ligação do Terminal Tatuquara com a Linha Verde será feita, inicialmente, pelas Ruas Presidente João Goulart, Antônio Zanon, Delegado Bruno de Almeida até o Viaduto Vila Pompéia, que já tem prontos os projetos das alças de acesso à BR-116.

BNDES e governo do Paraná cogitam privatizar empresas públicas

18/10/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Assinado há 4 meses, acordo de cooperação passou despercebido. Banco quer passar saneamento, iluminação pública e distribuição de gás natural à iniciativa privada



O Paraná é um dos 15 estados brasileiros que firmou acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para privatizar empresas públicas. O termo de cooperação foi assinado no dia 12 de junho pelo chefe da Casa Civil de Beto Richa (PSDB), Valdir Rossoni, e pelo presidente do banco, Paulo Rabello de Castro, mas não tinha sido divulgado. O *Livre.jor* teve acesso ao documento em primeira mão.

A reportagem confirmou com o BNDES o interesse do banco em passar à iniciativa privada negócios nas áreas de saneamento, iluminação pública e distribuição de gás natural. Contudo, como o acordo de cooperação não restringe a desestatização a essas áreas, as 44 "estatais" do Paraná seriam elegíveis ao programa. Sanepar, Copel e Compagás estão nesta lista, por exemplo, ao lado dos demais órgãos da administração indireta.

Procurada, a Casa Civil do governo do Paraná disse que nenhum estudo de "desestatização" saiu do papel e que a questão foi remetida à Secretaria de Planejamento, "para a nomeação de um responsável [pela parceria]". "Não há projetos em análise para o Estado do Paraná", afirmou o BNDES, pela assessoria de imprensa do órgão, com sede no Rio de Janeiro. Há uma cláusula de sigilo no documento assinado.

A "desestatização" pretendida pelo BNDES não se trata só de vender empresas públicas. No acordo de cooperação assinado pelo Paraná, pelo menos sete formas de se fazer negócio são sugeridas pelo banco: alienação (venda) de participação societária do poder público, aumento ou abertura de capital social de empresas estatais, concessões, permissões, parcerias público-privadas (PPPs) e arrendamento de bens. Nessa operação, o BNDES é uma extensão do governo federal.

Tão logo Michel Temer (PMDB) tomou posse da presidência da República, nomeou seu secretário-geral, Moreira Franco, para coordenar uma força-tarefa chamada "Projeto Crescer" - o nome fantasia do Programa de Parceria de Investimentos (PPI). Um mês depois do impeachment, em setembro de 2016, um evento do BNDES divulgou a novidade aos governos estaduais. Em novembro, o Paraná constava numa relação com 18 entes da federação que tinham confirmado ao banco "interesse em concessões e parcerias com a iniciativa privada".

Dizendo buscar "a superação dos estrangulamentos de infraestrutura que restringem a capacidade produtiva do país", o BNDES posicionou-se dentro do PPI como um "escritório de projetos", "contratando consultorias para o diagnóstico da situação de cada Estado". No acordo, afirma que parcerias com a iniciativa privada são uma alternativa para "a grave restrição fiscal pela qual passa o Estado". Lei federal diz que só o BNDES pode mediar operações de entes públicos no "Projeto Crescer".

Essa parceria vai durar pelo menos 36 meses, segundo o documento, podendo se estender por até cinco anos. Nesse período, diz o acordo de cooperação, cabe ao Paraná "indicar serviços públicos, empresas ou segmentos econômicos que apresentem necessidade de investimentos ou de ganho de eficiência". Também deve "deixar à disposição do BNDES estudos técnicos, informações e documentos pré-existentes".

Já assinaram acordos semelhantes com o BNDES os estados do Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima e Sergipe. Até o momento o Paraná é único estado da região Sul a demonstrar interesse nas desestatizações pretendidas pelo governo federal. Apenas três cidades ingressaram nessa: Macapá, Teresina e Porto Alegre.

Empreendimentos federais no Paraná já foram incluídos no PPI. Em resoluções publicadas neste ano, o governo federal anuncia que em 2018 quer privatizar linhas de transmissão de energia elétrica no estado, ampliar o Porto de Paranaguá e licitar ali terminais de granéis sólidos, de veículos, de celulose e renovar o de fertilizantes.

Desrespeito à LAI

O *Livre.jor* viu a referência ao acordo com o BNDES em edição do *Diário Oficial* de 11 de julho, numa publicação do Conselho Gestor de Concessões do governo do Paraná. No dia seguinte, requisitou cópia do documento via Lei de Acesso à Informação (LAI), meio pela qual a administração pública tem até 30 dias para entregar os dados.

Passados mais de 70 dias, até o momento da publicação desta reportagem o pedido não foi respondido pela Controladoria Geral do Estado (CGE), órgão que faz a gestão da LAI no Paraná. O sistema eletrônico da CGE se limita a informar que, desde o dia 13 de julho, "a presente solicitação foi encaminhada, nesta data, à Casa Civil, a quem compete analisá-la".

Para ter acesso ao acordo com o BNDES, a reportagem procurou diretamente o banco público, na condição veículo jornalístico, que repassou o documento. O banco federal demorou uma semana, mas respondeu ao pedido pelo canal oficial de imprensa.

Pequenas empresas derrubam produtividade brasileira, diz Ipea

18/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Feira do empreendedor do Sebrae

As pequenas empresas são as principais responsáveis pela baixa produtividade brasileira, segundo estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). A pesquisa constatou que há uma lacuna grande entre o nível de produtividade das grandes e médias companhias e o das de pequeno porte.

A razão entre o desempenho das empresas maiores e das menores era de 1,73 até 2012, indicam os dados mais recentes obtidos pelo estudo.

O período de crise econômica, não contemplado na pesquisa, poderá ter agravado a situação, avalia Mauro Oddo, pesquisador do Ipea responsável pelo estudo.

O aumento da informalidade nos últimos anos é um dos fatores que pode ter reduzido ainda mais a produtividade das companhias menores.

"O universo informal não é contemplado por políticas públicas, não oferece qualificação aos trabalhadores nem utiliza linhas de crédito. Isso reduz a possibilidade de a empresa inovar e desenvolver seus processos internos."

Mesmo as empresas regularizadas apresentam um alto grau de informalidade –o que o estudo chama de semiformalidade. É o caso das companhias que fazem caixa dois ou não assinam a carteira de seus funcionários.

Outro problema do setor é que, embora existam muitos programas e entidades governamentais voltadas às pequenas empresas, falta direcionamento aos projetos e há uma escassez de dados para analisar o segmento.

"Há uma heterogeneidade grande entre as MPEs. As necessidades de uma birosca no interior são muito diferentes de uma companhia incubada. Temos uma miríade enorme de políticas públicas, mas com baixa eficácia porque não sabem aonde querem chegar."

Por conta dessa diversidade, o estudo constata que, mesmo entre as pequenas, há empresas com nível de competitividade e de inovação equivalente ao das grandes e ao de países desenvolvidos.

Entre 2009 e 2012, 53% dos lançamentos de produtos inovadores vinham de companhias de pequeno porte.

Uma saída interessante para que as PMEs consigam expandir sua competitividade é um maior investimento em inovação direcionada ao mercado interno, avalia Oddo.

"A inovação não precisa ser algo necessariamente de alta tecnologia. Faltam soluções que atendam às necessidades nacionais.

Boa Vista SCPC: número de novas empresas cresce 5,1% no 3º trimestre ante 2º tri

18/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

O número de novas empresas registradas no Brasil cresceu 5,1% no terceiro trimestre ante o segundo trimestre, informou a Boa Vista SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito), em levantamento feito a partir de dados da Receita Federal. No acumulado do ano até setembro, os registros avançaram 8,2% em relação a igual intervalo do ano passado.

O tipo de empresa que mais cresce é a do microempreendedor individual, conhecido pela sigla MEI, com expansão de 13,2% no acumulado do ano. As chamadas microempresas (ME) tiveram aumento de 2,8%. Os demais segmentos, que somam as empresas de médio e grande porte, tiveram, juntos, queda de 19,1%.

O levantamento mostrou também que o setor de serviços ganhou representatividade, passando de 55,7% no acumulado do 2º trimestre para atuais 55,9%. O comércio, por sua vez, ficou estável em 34,7%. A indústria caiu de 8,6% para 8,1%, enquanto o agronegócio cresceu de 1,1% para 1,3%.

As regiões Centro-Oeste e Norte foram as que mais avançaram no número de novas empresas, no acumulado do ano, com altas de 12,4% e 11,3%, respectivamente. As demais regiões tiveram avanços mais tímidos: Sul (10,8%), Sudeste (7,4%) e Nordeste (4,8%).

Um terço das empresas brasileiras tem dificuldades financeiras, diz Serasa

18/10/2017 – Fonte: Bem Paraná

Um terço das cerca de 17 milhões de companhias em atividade no Brasil passam por problemas financeiros. O dado faz parte de estudo da Serasa que analisou 150 variáveis de todas as companhias ativas no Brasil. As empresas foram agrupadas em sete categorias e 54 subgrupos, segundo análises estatísticas que permitiram encontrar características comuns entre elas.

A Serasa avaliou critérios como idade, porte, endereço, experiência dos sócios, capital social, número de funcionários, pontualidade de pagamento, uso de crédito, entre outros. As companhias incluídas no grupo das que passam por problemas têm risco de crédito médio e alto ou débitos em atraso.

A maior parte delas é formada por microempresas (com faturamento de até R\$ 360 mil ao ano) com problemas financeiros, que representam 6,33% do total de empresas do país. A Serasa também apontou que 2,63% das companhias brasileiras são microempresas em alto risco.

Outro subgrupo predominante entre as que tentam se reerguer é o das empresas que dependem do capital de seu sócio para se manterem ativas, 6,21% das companhias brasileiras. Em geral, são negócios cujos donos são das classes A e B e que possuem rentabilidade baixa.

Seguem no mercado pois são mantidas por economias de seus proprietários, diz Fernando Rosolem, gerente de serviços de marketing da Serasa Experian, diz considerar que empresas nessa situação, em que o dinheiro do dono se mistura com o do negócio, é de altíssimo risco.

"Parte desses empresários pode perder sua estabilidade financeira se a pessoa jurídica fragilizada afetar a pessoa física", diz. Rosolem aponta que o alto percentual de empresas com problemas se deve, em grande medida, à situação econômica ruim da economia brasileira. Porém, como é a primeira vez que o levantamento é feito, ainda não é possível quantificar seu impacto sobre as finanças das empresas.

NOVATAS A segunda categoria de maior abrangência foi chamada pela Serasa de "No Começo" e é formada por empresas com até cinco anos e, em geral, com bons indicadores financeiros. Fazem parte dela 29,43% das companhias brasileiras. Ela é formada principalmente por jovens em ascensão (10,69% do total), o que inclui empreendedores com até 45 anos. São profissionais que, mesmo começando em momento de dificuldade, conseguiram bons resultados, diz Rosolem.

Boa parte dessa alta participação de novos negócios na economia brasileira se deve a uma aceleração do empreendedorismo resultante da crise econômica e do desemprego no país. Entre janeiro e agosto deste ano, por exemplo, foram abertas 1,5 milhão de novas empresas.

O número é 10,5% superior ao registrado entre janeiro e agosto de 2016. A maior parte das novas companhias abertas no período (78,5%) é formada por microempresas individuais (MEIs). São empresas que, em geral, dependem de baixo investimento e pouca capacitação, característicos de quem inicia um negócio por necessidade, diz Luiz Rabi, economista da serasa. Esta é a primeira edição do estudo, que deve ser divulgado trimestralmente.

Artigo: É razoável surpreender quem de boa-fé investiu no Estado brasileiro?

18/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

No exercício da política econômica, é preciso levar em conta as limitações que produzem a não existência de certas condições para o atendimento da alocação ótima dos fatores de produção em resposta às demandas individuais (o chamado "ótimo de Pareto"). É o caso, por exemplo, da existência de economias de escala, de bens públicos, de oligopólios, de distorções tributárias etc.

Desde meados dos anos 50 do século passado, sabemos que, mesmo quando falta apenas uma das várias condições para que os "mercados competitivos" produzam o ótimo de Pareto (a situação em que ninguém pode melhorar sem prejudicar a condição de outro), a solução "ótima" não consiste em insistir no cumprimento das demais, mas em procurar outra configuração que acomode todas as demais e encontre a "segunda melhor" solução geral (o "second best").

A situação é ainda mais crítica quando a taxa de câmbio, graças à liberdade do movimento de capitais, torna-se um ativo financeiro, que responde mais às diferenças das taxas de juros internas e externas do que às atividades da economia real. Também o é quando se ignoram os subsídios envolvidos nos preços dos produtos industriais importados e se recusa a visão "macroscópica" do governo que permite internalizar os benefícios da geração de emprego e renda resultante da substituição de importação.

Essas considerações são estimuladas pela medida provisória 795, que simplesmente suspende a incidência de tributos federais, inclusive o imposto de importação, sobre os bens que serão utilizados na exploração e desenvolvimento do promissor setor de petróleo e gás natural.

Já se reduziu a componente admissível de produção local, sobre a qual o governo anterior havia exagerado. Mas é evidente que, entre zero e infinito, há de haver um número real que acomode os investimentos nacionais e estrangeiros, que foram fortemente estimulados pelo governo anterior, tão "passageiro" quanto o atual...

É razoável, sem um mecanismo de moderação, surpreender quem de boa-fé investiu acreditando no então "Estado brasileiro" e agora negar-lhe o estímulo prometido e submetê-lo, abruptamente, a uma competição predatória? Não configurará isso uma grave "quebra de contrato" (ainda que na direção certa) que desmoraliza a ordem jurídica? Não seria mais honesto proteger de forma adequada o similar nacional já produzido pelo estímulo do governo anterior?

E, afinal, por que alguém vai investir "de corpo e alma" em projetos de longa duração se os contratos já assumidos não forem rigorosamente cumpridos, ainda mais sabendo que a eleição de 2018 poderá produzir surpresas desagradáveis de outro "Estado brasileiro"?

(**Antonio Delfim Netto** - Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal. Professor catedrático na Universidade de São Paulo).

BNDES vê crescimento de 'linhas rápidas' como possível sinal de retomada

18/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

Apesar do pouco avanço no desembolso do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no período de janeiro a setembro, as linhas com liberação mais rápida, como Finame e Giro, tiveram crescimentos expressivos, informou o superintendente de Desenvolvimento e Pesquisa do banco, Maurício Neves, dando sinais de retomada na economia.

De janeiro a setembro a linha BNDES Giro cresceu 289%, para R\$ 5 bilhões, enquanto o BNDES Finame subiu 13% no período, para R\$ 14,3 bilhões. Por outro lado, o desembolso do BNDES como um todo nos primeiros nove meses do ano caiu 20%, para R\$ 49,9 bilhões, sinalizando para um fechamento de exercício mais próximo ao registrado em 2016 (R\$ 88 bilhões) do que nos anos anteriores, acima dos R\$ 100 bilhões.

Segundo Neves, a linha de Giro é acessada principalmente pelas médias, pequenas e microempresas e seu crescimento, assim como da Finame (máquinas e equipamentos) seriam os primeiros sinais de retomada da economia. "É um momento importante para que o BNDES entre em uma ação anticíclica, com um crescimento expressivo nesse segmento", ressaltou em entrevista por telefone.

Já a linha Finame, lembrou, é diretamente relacionada a investimentos, já que aumenta ou pelo menos moderniza o parque industrial. "Tem que olhar o todo, é um conjunto de sinais que mostram uma estabilidade e uma expectativa de que uma retomada se transforme numa demanda mais forte por recursos do banco", explicou. O executivo destacou ainda que a queda que vinha sendo registrada nas consultas ao banco ocorreu de forma mais amena em setembro.

"É possível reparar que (as consultas) têm uma estabilização na faixa de R\$ 100 bilhões, a queda que vem ocorrendo ao longo do tempo parece que ela cessa nesse momento, e as consultas mostram isso. A gente espera que com a própria retomada da economia esse número não só se estabilize como aumente", avaliou.

Sobre uma possível antecipação de recursos ao governo, que está sendo negociada com a diretoria do BNDES, Neves afirmou que mesmo que seja feita, não faltará dinheiro para os clientes do banco.

"Estamos estudando aquilo que está sendo colocado pelo governo, ao mesmo tempo mantendo nossa posição de atender nossos clientes", afirmou.

BNDES desembolsa R\$ 49,973 bi de janeiro a setembro, queda de 20%

18/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberou R\$ 5,026 bilhões em setembro, para empréstimos já aprovados. Com isso, os desembolsos de janeiro a setembro somaram R\$ 49,973 bilhões, uma queda nominal (sem descontar a inflação) de 20% ante igual período de 2016, informou nesta terça-feira, 17, a instituição. Em termos reais, o recuo foi de 22,4%.

Até o mês de setembro, as consultas para novos empréstimos, termômetro da demanda ao banco, somaram R\$ 74,960 bilhões, queda nominal de 12% ante 2016. Descontando a inflação, a queda nas consultas foi de 15,1%. As aprovações de novos empréstimos atingiram R\$ 50,217 bilhões até setembro, recuo nominal de 12% ante 2016, equivalente a um recuo real de 14,9%.

“Os números agregados mostram sinais de recuperação da demanda por crédito a partir da redução da diferença, comparados 2017 e 2016, nas etapas iniciais do processo de concessão de crédito”, afirma o BNDES em comunicado à imprensa.

Os enquadramentos de operações do BNDES – que são a fase de acolhimento dos pedidos de financiamento, após as consultas – alcançaram o valor de R\$ 66,6 bilhões, entre janeiro e setembro de 2017, valor 9% menor que o mesmo período de 2016. No mês de setembro, foram enquadrados R\$ 8 bilhões em pedidos de financiamento.

O banco destacou a participação de 41,5% de micro, pequenas e médias empresas nos desembolsos, entre janeiro e setembro 2017. Segundo o banco, o setor agropecuário e o programa BNDES Giro foram o destaque do desempenho nestes primeiros nove meses do ano, para o segmento.

O BNDES Giro, linha de financiamento para capital de giro, teve desembolso de R\$ 5 bilhões até setembro, um salto nominal de 289% em relação ao que foi emprestado em igual período de 2016. O BNDES Giro, antes conhecido como BNDES Progeren, foi retomado em janeiro, com condições mais vantajosas e orçamento maior.

Na Finame, linha de financiamento para bens de capital, os desembolsos foram de R\$ 14,298 bilhões até setembro, alta nominal de 13% em relação a igual período do ano anterior.

Infraestrutura e indústria

O desempenho do crédito do BNDES para infraestrutura se manteve estável, enquanto os valores liberados para empréstimos destinados para projetos da indústria continuaram recuando no acumulado de janeiro a setembro, mostram os dados divulgados.

De janeiro a setembro, o BNDES liberou R\$ 17,938 bilhões para os projetos de infraestrutura. Em nota, o banco de fomento destacou que o setor de infraestrutura se destacou na aprovação de novos financiamentos, que somaram R\$ 19,8 bilhões, alta de 37% ante igual período de 2016. O destaque foi para Energia Elétrica, com R\$ 12,2 bilhões aprovados.

Os desembolsos para os projetos industriais, no acumulado de janeiro a setembro sobre igual período de 2016, encolheram 49%, em termos nominais, para R\$ 11,058 bilhões. Em crise, as aprovações do setor caíram 55%, somando R\$ 9,579 bilhões.

Já os desembolsos para projetos de comércio e serviços somaram R\$ 10,584 bilhões de janeiro a setembro, queda nominal de 18% ante igual período do ano passado. Na contramão e na esteira da supersafra de grãos, os desembolsos para os projetos da

agropecuária foram os únicos com variação positiva, de 9% ante 2016, somando R\$ 10,393 bilhões até setembro.

Ministério da Fazenda autoriza aumento das tarifas de serviços dos Correios

18/10/2017 – Fonte: Agência Brasil



A revisão das tarifas ainda depende de aprovação pelo Ministério das Comunicações Marcello Casal Jr/Agência Brasil

O Ministério da Fazenda autorizou, pela segunda vez este ano, o aumento das tarifas cobradas pelos Correios. Na edição de hoje (18) do Diário Oficial da União, o governo autoriza o reajuste "sob forma de recomposição" das tarifas dos serviços postais e telegráficos nacionais e internacionais. O reajuste ocorre em duas parcelas: a primeira de 6,121% será por prazo indeterminado e a segunda, de 4,094% vai vigorar por 64 meses.

A revisão das tarifas ainda depende de publicação de aprovação pelo Ministério das Comunicações, de acordo com o Diário Oficial. Com o aumento, a carta comercial de até 20 gramas passará a custar R\$ 1,83. Anteriormente, o valor era R\$ 1,23.

Em abril, o Ministério da Fazenda havia autorizado aumento de 7,485% nas tarifas dos serviços postais e telegráficos prestados pelos Correios. Na época, a empresa explicou que os serviços da estatal são reajustados todos os anos, com base na recomposição dos custos, como aumento dos preços dos combustíveis, contratos de aluguel, transportes, vigilância, limpeza e salários dos empregados.

As tarifas são atualizadas com base no Índice de Serviços Postais, indicador formado a partir de uma cesta de índices, como INPC, IPCA, e IGP-M.

IPC-Fipe avança 0,16% na 2ª quadrissemana de outubro

18/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, teve alta de 0,16% na segunda quadrissemana de outubro, maior do que o avanço de 0,10% observado na primeira quadrissemana, segundo dados publicados hoje pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

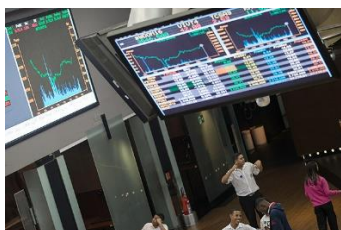
Na segunda leitura deste mês, ganharam força os grupos Alimentação (de -0,30% na primeira quadrissemana de outubro para 0,30% na segunda quadrissemana), Saúde (de 0,12% para 0,31%), Vestuário (de -0,03% para 0,10%) e Educação (de 0,04% para 0,07%).

Por outro lado, desaceleraram os grupos Habitação (de estável para -0,20%), Transportes (de 0,67% para 0,46%) e Despesas Pessoais (de 0,53% para 0,39%). Veja abaixo como ficaram os itens que compõem o IPC-Fipe na segunda quadrissemana de outubro:

- **Habitação:** -0,20%
- **Alimentação:** 0,30%
- **Transportes:** 0,46%
- **Despesas Pessoais:** 0,39%
- **Saúde:** 0,31%
- **Vestuário:** 0,10%
- **Educação:** 0,07%
- **Índice Geral:** 0,16%

Bolsa cai sob pressão de Vale em dia de realização de lucros; dólar recua

18/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Bolsa brasileira recuou em dia de realização de lucros e com cautela política no radar dos investidores

A Bolsa brasileira voltou a recuar nesta terça (17), em movimento de realização de lucros, e se afastou ainda mais do marco de 77 mil pontos. No mercado cambial, o dólar fechou em leve baixa, com o mercado analisando o desenrolar da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer na Câmara dos Deputados, que acabou suspensa.

O Ibovespa, das ações mais negociadas, fechou em queda de 0,90%, para 76.201 pontos.

O dólar comercial recuou 0,15%, para R\$ 3,169. O dólar à vista subiu 0,22%, para R\$ 3,175.

Na segunda sessão seguida de baixa do Ibovespa, os investidores preferiram embolsar lucros, na avaliação de Raphael Figueredo, sócio-analista da Eleven Financial. "Não estou muito na linha de pensamento de que a cautela política está atordoando o investidor. O mercado lá fora está muito forte para a gente estar pensando em cenário político. É difícil nos voltarmos para cenário doméstico e precificarmos isso", afirma.

"A volatilidade está diminuindo, há um sinal de correção de preços. Não custa nada para o investidor colocar parte do lucro no bolso, sobretudo porque a gente está indo para o último trimestre do ano."

Mas, para Julio Hegedus, da consultoria Lopes Filho, a cautela política teve um peso na queda desta terça, com duas votações importantes acontecendo: a segunda denúncia contra Temer na Câmara, que foi suspensa pela Comissão que debate o assunto, e a votação das medidas cautelares adotadas contra Aécio Neves (PSDB-MG). "Há muita expectativa em relação a essas duas votações. Na do presidente, achava-se que seria tranquila, mas houve uma tensão entre Temer e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia", afirmou.

Por outro lado, a queda maior que a esperada do setor de serviços foi considerada pontual. "A gente tem uma base que não é boa para comparação, estávamos comparando o nada com um pouco mais de nada", diz Figueredo, da Eleven.

"Acho que o efeito juro para baixo na economia, que seria aumentar o crédito, ainda está vindo de maneira tímida. Quando isso melhorar, o setor de serviços deve reagir", avalia.

AÇÕES

Das 59 ações do Ibovespa, oito fecharam em alta e 51 caíram. O volume financeiro foi de R\$ 8,87 bilhões, contra média diária de R\$ 8,37 bilhões no ano.

A maior queda foi registrada pelas ações da Embraer, que recuaram 5,41% após a Airbus anunciar a compra de fatia majoritária no programa de aeronaves CSeries da Bombardier. Segundo analistas, isso faz com que o CSeries ganhe força comercialmente, especialmente nos Estados Unidos.

Os papéis da Fibria tiveram a segunda maior queda, com desvalorização de 3,69% – devolvendo parte da forte alta de 4,52% do dia anterior.

As ações da Petrobras fecharam com sinais opostos, mesmo após a agência de classificação de risco Moody's melhorar a nota de crédito da estatal.

Segundo a Moody's, a elevação do rating reflete um perfil de dívida mais confortável, provocado pela estratégia de refinanciamento da dívida e pela melhor geração de caixa.

Os papéis preferenciais da estatal fecharam em alta de 0,06%, para R\$ 16,13. As ações ordinárias caíram 0,18%, para R\$ 16,61.

No caso da JBS, as ações fecharam em baixa de 3,27%. A empresa decidiu cancelar o plano de fazer uma oferta inicial de ações na Bolsa de Nova York.

A mineradora Vale viu seus papéis caírem mais de 2%, seguindo a desvalorização dos preços do minério no exterior. Os papéis ordinários da Vale fecharam em baixa de 2,31%, para R\$ 32,58. As ações preferenciais se desvalorizaram 2,03%, para R\$ 29,97.

No setor bancário, a maioria das ações fechou em baixa. Os papéis do Itaú Unibanco perderam 0,16%. As ações preferenciais do Bradesco tiveram baixa de 0,25%, e as ordinárias recuaram 0,64%. As units –conjunto de ações– do Santander Brasil caíram 1,55%. Na contramão, o Banco do Brasil subiu 0,16%.

DÓLAR

No mercado cambial, o dólar perdeu força ante 27 das 31 principais moedas do mundo. O CDS (credit default swap, espécie de termômetro de risco-país) recuou 1,82%, para 177,6 pontos. Foi o quinto dia de queda do indicador.

No mercado de juros futuros, os contratos mais negociados com vencimento mais curto tiveram queda. O DI para janeiro de 2018 recuou de 7,390% para 7,367%. A taxa para janeiro de 2019 teve baixa de 7,280% para 7,250%.

Produção de aço no Brasil em setembro atinge maior nível em dois anos

18/10/2017 – Fonte: Reuters

A produção brasileira de aço bruto em setembro atingiu o maior nível para um único mês desde outubro de 2015, segundo dados divulgados nesta terça-feira pelo Instituto Aço Brasil (IABr), que representa as usinas siderúrgicas.

As usinas do país produziram 2,959 milhões de toneladas de aço bruto em setembro, 7,6 por cento acima do volume de um ano antes e praticamente estável sobre a produção de agosto.

Os dados na comparação anual ainda são influenciados pelo início das operações da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), no Ceará, em meados do ano passado, afirmou o IABr.

Em setembro, o crescimento da produção foi apoiado em laminados planos, material usado em indústrias como a automotiva, que acumula aumento de 27 por cento na produção nos nove primeiros meses deste ano sobre o mesmo período de 2016. Os laminados planos tiveram alta de 5,1 por cento na produção em setembro, acumulando no ano crescimento de 13 por cento.

Já os laminados longos, usados em setores como construção civil, tiveram queda de 1,2 por cento na produção em setembro sobre um ano antes e recuaram levemente no comparativo com agosto.

No terceiro trimestre, a produção de aço bruto do país cresceu 3,2 por cento sobre um ano antes, para 8,745 milhões de toneladas, mesmo nível de avanço na comparação com o segundo trimestre deste ano.

Os dados foram divulgados poucos dias antes da divulgação de resultados de terceiro trimestre das maiores produtoras de aço do país de capital aberto, cujas ações têm acumulado fortes ganhos nos últimos meses. Somente as ações da Usiminas, que divulga resultados em 27 de outubro, acumulam valorização de 151 por cento entre janeiro e a segunda-feira, impulsionadas por demanda melhor e avanços nos preços internacionais da liga que permitiram reajustes do setor no mercado interno.

Segundo o IABr, o consumo aparente nacional de produtos siderúrgicos foi de 1,8 milhão de toneladas em setembro, 9,1 por cento a mais do que o registrado no mesmo mês de 2016. No acumulado, o consumo aparente, que reúne vendas internas e importações, foi de 14,4 milhões de toneladas, crescimento 5 por cento.

As vendas no mercado interno somaram 1,547 milhão de toneladas em setembro, crescimento de 5,4 por cento sobre o mesmo período de 2016. Nos nove primeiros meses do ano, porém, as vendas mostram estabilidade ante um ano antes, a 12,587 milhões de toneladas. Os laminados planos e longos tiveram crescimento de vendas em setembro na comparação anual, de 0,2 e 11,8 por cento respectivamente.

O setor teve exportações de 1,16 milhão de toneladas em setembro, queda de 13,7 por cento sobre o mesmo mês de 2016, acumulando no ano alta de 9,3 por cento, para 11 milhões de toneladas.

“Ao retirar a CSP da base de comparação do acumulado de janeiro a setembro de 2017 frente ao mesmo período do ano anterior, a produção de aço bruto cresce apenas 3,5 por cento (e não 9,1 por cento) e as exportações recuam 8,1 por cento em vez de crescerem 9,3 por cento”, afirmou o IABr.

A entidade afirmou ainda que as importações de aço no mês passado subiram 7,3 por cento na comparação anual, para 221 mil toneladas, impulsionadas por um volume de compras do exterior de produtos planos mais que duas vezes maiores no período, de 160 mil toneladas.

Representantes do setor de mineração pedem modernização de nova agência

18/10/2017 – Fonte: Senado Notícias

Representantes do setor de mineração ressaltaram nesta terça-feira (17), em audiência pública, a necessidade de modernização dos equipamentos e procedimentos para desenvolvimento da atividade no Brasil. A audiência foi promovida pela comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) [791/2017](#), que extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e cria a Agência Nacional de Mineração.

Para o representante do Instituto Brasileiro de Mineração, Marcelo Nunes, a nova agência deve ser eficiente.

- Nós não estamos querendo uma troca de placa, não estamos querendo trocar o nome. O setor é totalmente favorável à criação da agência, mas quer que seja instalada de uma forma que, realmente, possa funcionar – defendeu.

Maurício Azevedo, da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral, disse que o DNPM ainda trabalha com procedimentos ultrapassados, o que causa morosidade na aprovação de projetos de mineração, enquanto outros países, como a Austrália e o Canadá, mantêm as informações atualizadas em tempo real.

- O setor privado convive com uma grande informatização. Na verdade, os nossos *data rooms* já estão no espaço, não estão mais nem nos nossos escritórios. E o DNPM está sucateado, fazendo tudo a papel - criticou.

Para o representante do Instituto de Desenvolvimento da Mineração, Carlos Nogueira, a nova agência deve contribuir para o fortalecimento da mineração do Brasil.

- Nós estamos vivendo a evolução tecnológica e a agência tem que entrar nessa vanguarda para acompanhar esse desenvolvimento - afirmou.

O presidente da comissão mista que examina a MP da mineração, senador Lasier Martins (PSD-RS), lamenta que o prazo para a discussão da MP esteja esgotado.

- Eu acho que deveríamos ter mais audiências, ouvirmos mais gente, discutirmos, transformar esse tema num assunto de interesse nacional. Nós vivemos uma sociedade agrária e temos tanto ou mais riquezas para uma sociedade minerária - afirmou o senador.

De acordo com a MP 791, a Agência Nacional de Mineração vai implementar políticas mineradoras, a normatização, a gestão de informações e a fiscalização do uso dos recursos minerais do país.

Consórcios crescem 4,9% no acumulado do ano

18/10/2017 – Fonte: Automotive Business



Os **consórcios** de veículos atingiram seu melhor mês em agosto, com a venda de 182,2 mil novas cotas e alta de 6,7% sobre julho, até então o melhor mês de 2017. No acumulado de janeiro a agosto, a venda de novas cotas somou 1,3 milhão de unidades e registrou acréscimo de 4,9% sobre o mesmo período do ano passado. Os números foram divulgados pela Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios (Abac).

Os veículos leves (automóveis e pequenos comerciais) continuam puxando o crescimento do setor. No acumulado do ano somaram 719,1 mil unidades, o equivalente a 54,6% de todas as cotas de consórcio de veículos (considerando leves, pesados, máquinas agrícolas, implementos e motos). O crescimento dos leves sobre o mesmo período do ano passado é de 14,3%.

Ainda nesse segmento, chama a atenção o crescimento de 10,7% do tíquete médio ou valor médio (R\$ 43,5 mil) das novas cotas na comparação com agosto de 2016. É um indício de que consumidores com renda mais alta estão recorrendo à modalidade. E o número de participantes ativos (aqueles que continuam pagando suas parcelas, mesmo sem ser contemplados) cresceu 6,2% sobre o acumulado de 2016. No entanto, as contemplações no acumulado de janeiro a agosto cresceram apenas 3%.

Os pesados (caminhões, ônibus, máquinas agrícolas e implementos) também motivam a alta nos consórcios, embora com menor volume. A venda de novas cotas para o setor somou 35,1 mil unidades até agosto, resultando em alta de 12% sobre iguais meses de 2017.

O tíquete médio de agosto (R\$ 154,2 mil) cresceu 16,9% sobre o mesmo mês de 2016. O número de participantes ativos se manteve estável em 276,5 mil consumidores e as contemplações tiveram pequena queda de 1,5% ante o acumulado até agosto do ano passado.

TÍQUETE MÉDIO DAS MOTOS CRESCE 15,6%

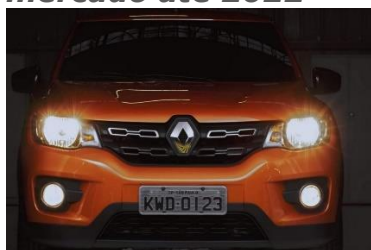
O segmento de motos, o segundo maior em volume, permanece em queda. A venda de novas cotas até agosto somou 562,1 mil unidades, anotando retração de 5,3%. O segmento tem atualmente 2,27 milhões de participantes ativos, 13,4% a menos que nos mesmos oito meses do ano passado.

E as contemplações recuaram 15,7% no período. Os destaques positivos nas motos vão para o tíquete médio de agosto (R\$ 8,9 mil), que cresceu 15,6% sobre o mesmo mês do ano passado, e o volume de créditos comercializados (resultado das novas cotas multiplicadas por seus valores), que aumentou 4,3% sobre o período janeiro-agosto de 2016.

Renault lançará três modelos derivados do Kwid

18/10/2017 – Fonte: gazeta do Povo

Integrantes da nova família vão de minivan a crossover e chegarão ao mercado até 2022



O sucesso do **Kwid** em diferentes mercados motivou a Renault a criar uma família a partir do **subcompacto**. O CEO mundial da marca, o brasileiro Carlos Ghosn, anunciou dois modelos a partir do **Kwid**, enquanto o chefe de produção da empresa, Stefan Mueller, confirmou um terceiro modelo.

Toda a linha estreará primeiro na Índia, onde o **Kwid** nasceu, e depois migrará para outros mercados emergentes pelo planeta. "Vamos expandir a família do **Kwid**, com dois novos modelos cobrindo dois novos segmentos", disse Ghosn na apresentação do 'Drive to Future', plano de estratégia da marca para os próximos cinco anos.

Já Muller esclareceu que serão três modelos baseados no **Kwid**, além da renovação do **Logan** e **Sandero**, a nova geração do Duster, e um novo SUV do segmento C.



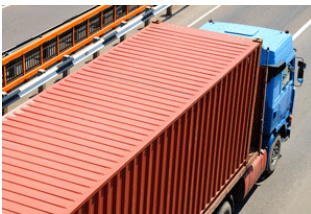
O crossover do Kwid por enquanto atende pelo nome de código HBC. Projeção IndianAutoBlog.com

Os executivos, porém, não quiseram adiantar quais seriam esses modelos. Um deles possivelmente seja um **crossover** compacto abaixo dos 4 metros, conhecido na Índia com o código HBC. O site **IndiaAutoBlog.com** até fez uma projeção de como ficaria o modelo (foto que abre a matéria).

A **Renault** também deverá investir em uma minivan e ainda uma variante elétrica do **Kwid**, de olho no mercado chinês.

Indústria de implementos também retoma crescimento

18/10/2017 – Fonte: Automotive Business



A indústria nacional de **implementos rodoviários** também confirma a retomada do mercado brasileiro de caminhões neste último trimestre do ano.

A Anfir, entidade que reúne fabricantes de carretas e carrocerias de carga, projeta que 2017 já pode fechar com empate em relação a 2016 ou mesmo crescimento nas vendas de até 5%, mas aposta em expansão mais robusta, de 15% a 20%, em 2018, seguindo a mesma previsão das montadoras de veículos comerciais.

“No primeiro bimestre a queda (nas vendas do setor) chegava a 33%. Esse percentual negativo foi caindo ao longo do ano. Para o segmento de implementos pesados (carretas) o quadro já se reverteu, sabemos disso por conta dos pedidos até o fim do ano e do impulso desta Fenatran”, revela Alcides Braga, presidente da Anfir, em entrevista durante a realização do evento que reúne esta semana empresas do setor de transporte rodoviário de carga no SP Expo, aberto até a próxima sexta-feira, 20.

“Um sintoma da recuperação dos negócios é esta Fenatran, com 23 empresas associadas à Anfir que ocupam 4,8 mil metros quadrados de área de exposição, todas apresentando novidades”, diz Braga.

“O cenário é bem diferente do início de 2017, que começou com 17 fábricas paradas e férias coletivas”, lembra o dirigente. Mas a crise deixa muitas vítimas no setor: Braga informa que 15 associados fecharam as portas, incluindo alguns grandes como a Guerra, que chegou a produzir 9 mil carretas por ano e hoje encontra-se parada com pedido de falência.

O número de empregos nas fábricas de implementos foi reduzido em cerca de 30 mil postos de trabalho desde 2014, caindo de 70 mil para atuais 40 mil. “Mas agora existe tendência de contratação. Algumas empresas terão até dificuldade em atender pedidos se a retomada vier mais rápido que o esperado”, afirma.

No ritmo atual, Braga projeta que as vendas de carretas devem somar cerca de 24 mil unidades este ano, subindo para 26 mil a 27 mil em 2018. “A recuperação é lenta,

ainda deve demorar para atingir o nível histórico de 40 mil unidades por ano”, avalia. Já as implementações de carrocerias sobre chassis ainda vão contabilizar queda de 13% a 14%, não devem passar de 30 mil produtos em 2017, mas o presidente da Anfir estima que no próximo ano este número salte para 50 mil unidades.

O que empurra a renovação de carretas no mercado brasileiro, segundo Braga, não é a idade da frota, existem semirreboques rodando com mais de 30 anos de idade, são produtos de maior durabilidade. O que estimula a troca do implemento usado pelo novo é a possibilidade de comprar produtos mais eficientes, produzidos com materiais mais leves que trazem economia de combustível e nos custos operacionais de maneira geral.

EXPORTAÇÃO

Braga também prevê ritmo ascendente das exportações de implementos em 2018. Este ano o volume de carretas exportadas está ainda pouco abaixo de 2016, de janeiro a setembro foram embarcadas 2.426 unidades, contra 2.547 no mesmo período do ano passado. “Devemos retomar o nível histórico de vendas externas, que já chegou a 4 mil. Por isso estamos fazendo o esforço de aproximar vendedores e compradores no exterior”, diz, lembrando que no mês passado a Anfir renovou por dois anos o convênio que mantém com a Apex.

Os recursos destinados ao programa Apex/Anfir de promoção de exportações mais que dobraram, de R\$ 1,7 milhão para R\$ 4 milhões, que são usados para realizar rodadas de negócios, levando fabricantes de implementos a eventos no exterior e trazendo compradores potenciais ao Brasil. Para a Fenatran foram trazidos pelo convênio 15 empresários transportadores de seis países (Bolívia, Chile, Colômbia, Honduras, Perú e Uruguai).

Financiamentos respondem por 52% das vendas até setembro

18/10/2017 – Fonte: Automotive Business

Os **financiamentos** de veículos leves novos responderam por 51,8% das vendas totais no acumulado do ano até setembro, ao atingir 816,5 mil dos 1,57 milhão de automóveis e comerciais leves emplacados no período, de acordo com dados divulgados na terça-feira, 17, pela B3.

O total de veículos financiados aumentou 3,6% sobre volume verificado em mesmo intervalo do ano passado, quando foram financiados 788,4 mil unidades.

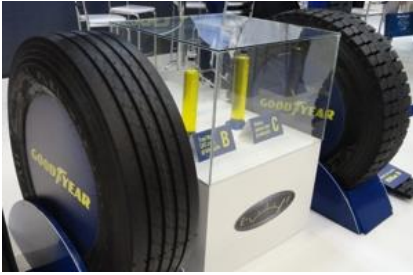
Em comerciais pesados, o total de financiamentos caiu 1,2% na mesma base de comparação anual, para 43,4 mil caminhões e ônibus, sempre considerando os veículos novos. Neste caso, os financiamentos sustentam quase que a totalidade de caminhões e ônibus novos, cuja soma é de 46,2 mil para o período.

No caso das motocicletas, os financiamentos recuaram 4,9%, para 450,7 mil unidades. Aqui, 70% das vendas são feitas a prazo.

Segundo a B3, considerando a soma de todas as categorias, houve aumento de 13,2% do uso de CDC, crédito direto ao consumidor, entre as modalidades de crédito para o financiamento de veículos, passando de 2,73 milhões para 3,10 milhões. Consórcio e leasing financiaram 6,1% e 24,1% menos, respectivamente.

Goodyear lança dois modelos para uso comercial

18/10/2017 – Fonte: Automotive Business



A **Goodyear** apresentou **dois modelos** de pneus comerciais, o Fuel Max e o Armor Max. O primeiro é voltado ao uso rodoviário e redução de consumo. "Ele traz até 6% em economia de combustível e 9% a mais de quilometragem quando comparado ao antecessor", afirma o gerente sênior de marketing para pneus comerciais, Fábio Garcia.

O pneu recebe a letra B em resistência ao rolamento, a segunda melhor possível no programa de etiquetagem do Inmetro. É fabricado nas versões direcional (LHS) e de tração (LHD).

O outro modelo lançado é o Armor Max, para caminhões que circulam em asfalto e estradas sem pavimento. É ideal para usinas de cana-de-açúcar, construção civil e coleta de lixo. "Ele resiste a um maior número de recapagens e entrega até 9% mais quilometragem quando comparado ao pneu antecessor", diz Garcia. Também recebe versões direcional (MSS) e de tração (MSD).

Os pneus foram apresentados na Fenatran, 21º Salão Internacional do Transporte Rodoviário de Cargas, que ocorre até o dia 20 de outubro no São Paulo Expo. São produzidos na fábrica de Americana (SP).

O Fuel Max chega à rede de vendas em novembro e o Armor Max, a partir de dezembro. "Também forneceremos às montadoras. Em 2018 elas já estarão utilizando os novos pneus", diz Garcia. De acordo com o executivo, este será um processo natural porque a Goodyear já fornece para as fabricantes os modelos G657, G687, G686 e G677, que serão substituídos pelos Fuel Max e Armor Max.

O mercado de pneus comerciais estimado para 2018 é de 5,75 milhões de unidades, o equivalente a R\$ 13 bilhões. O uso predominante, 68%, é em estradas pavimentadas. Os pneus para uso misto representam 20% e o segmento urbano fica com os 12% restantes. Os dois novos pneus Goodyear fazem parte da linha Max Series, que inclui também os modelos K Max e City Max. Todos têm sete anos de garantia.